

**XXIV CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA
PÚBLICA DA UNIÃO NO AMAZONAS
2019**

GABARITO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS

DIREITO PENAL

1) “As proibições penais somente se justificam quando se referem a condutas que afetem gravemente a direitos de terceiros; como consequência, não podem ser concebidas como respostas puramente éticas aos problemas que se apresentam senão como mecanismos de uso inevitável para que sejam assegurados os pactos que sustentam o ordenamento normativo, quando não existe outro modo de resolver o conflito.”

Oscar Emilio Sarrule. In: La crisis de legitimidad del sistema jurídico penal (Abolicionismo o justificación). Buenos Aires: Editorial Universidad, 1998, p. 98.

Identifique o principal princípio penal abordado no trecho e comente-o sucintamente.
(20 pontos)

Conteúdo mínimo esperado:

A questão exigia conhecimento e indicação do princípio da intervenção mínima, um dos pilares do Direito Penal nos Estados Democráticos. Esse princípio reconhece que o Direito Penal, por ser o ramo da ciência jurídica que impõe a sanção mais grave do ordenamento jurídico, qual seja, a pena, deve ser utilizado apenas quando estritamente necessário, mantendo-se como *ultima ratio*. Nesse sentido, o princípio tem como corolário as noções de que: a) o Direito Penal somente deve intervir quando os demais ramos do Direito houverem fracassado em relação ao comportamento que se visa a evitar/punir (subsidiariedade); b) o Direito Penal somente deve ser utilizado em face de relevante lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado (fragmentariedade).

Distribuição da pontuação

1. Indicação expressa do princípio da intervenção mínima: **2,0 pontos**.
2. Conceituação do princípio, enfatizando a condição de *ultima ratio* do Direito Penal: **6,0 pontos**.

3. Menção à subsidiariedade do Direito Penal: **6,0 pontos**.

4. Menção à fragmentariedade do Direito Penal: **6,0 pontos**.

DIREITO CIVIL

2) Acerca do negócio jurídico, disserte sobre seus requisitos de validade, bem como conceitue e diferencie seus elementos acidentais: condição, termo e encargo. **(20 pontos)**

Conteúdo mínimo esperado e distribuição da pontuação:

1. Requisitos de validade do negócio jurídico:

a) Agente capaz: **3,0 pontos**.

b) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável: **2,0 pontos**. Menção a que o negócio jurídico não pode ofender as normas jurídicas; deve ser possível do ponto de vista do mundo real e do mundo jurídico; deve ser passível de descrição por gênero/espécie e quantificação: **1,0 ponto**.

c) Forma prescrita ou não defesa em lei: **2,0 pontos**. Indicação de que o negócio deve ser formalizado por meio de instrumento jurídico específico, caso a lei assim determine, ou não adotar forma expressamente vedada por ela: **1,0 ponto**.

2. Conceito dos elementos adicionais:

a) Conceito de condição – deriva da vontade das partes, faz o negócio depender de evento futuro e incerto. Os efeitos do ato poderão ou não ocorrer. Pode suspender ou não a eficácia do negócio jurídico: **3,0 pontos**.

b) Conceito de termo – é um evento futuro e certo. Há certeza de que vai ocorrer: **3,0 pontos**.

c) Conceito de encargo – é um ônus que deve ser cumprido por uma das partes para que o ato produza, ou não, efeitos: **3,0 pontos**.

3. Diferença entre os elementos acidentais

Poderia ser mencionada a certeza quanto a sua ocorrência ou a suspensão ou não da eficácia do negócio jurídico. Qualquer dessas menções já pontuava: **2,0 pontos**.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

3) Madalena é militar em serviço ativo lotada na cidade de Manaus. Foi procurada em sua residência por Oficial de Justiça para recebimento de citação em processo judicial

que tramita na Justiça Federal da Subseção Judiciária de Manaus. Todavia, na ocasião, não foi encontrada no local. Diante da tentativa frustrada de citação, o Juízo determinou a citação da ré por edital. Madalena não apresentou contestação no prazo legal, sendo decretada a sua revelia.

- a) Conceitue citação ficta e cite suas modalidades.
- b) No caso concreto, a citação de Madalena ocorreu de forma válida? Justifique.
- c) Ainda no caso concreto, qual providência deve ser determinada pelo Juízo, após a decretação da revelia, para garantia da ampla defesa? **(20 pontos)**

Conteúdo mínimo esperado e distribuição da pontuação:

- a) Conceito: Citação ficta consiste na presunção legal de que o réu tomou conhecimento dos termos da ação ajuizada contra si **(3,0 pontos)**. Modalidades: citação por edital e citação por hora certa **(4,0 pontos)**.
- b) Não **(1,0 ponto)**. Conforme previsão específica no CPC para militares em serviço ativo, Madalena deveria ter sido citada na unidade em que estava servindo, uma vez que não fora encontrada em sua residência **(6,0 pontos)**.
- c) Nomeação de curador especial para promover a defesa do réu, conforme previsão expressa no CPC **(3,0 pontos)**. Intimação da Defensoria Pública da União em Manaus para exercício da curadoria especial, também conforme previsão expressa no CPC **(3,0 pontos)**.